



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 321122202

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 8/2023-0003

Solicitante: Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES

Assunto: **Contratação da Empresa CAERN – Companhia de Água de Esgotos do Rio Grande do Norte, sediada na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, Natal – RN, CEP: 59.015-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08.334.385/0001-35, especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de água e coleta de esgotos, para atender as necessidades das instalações da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES, como também do CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, conforme especificações e quantitativos constantes na solicitação de despesa e neste termo de referência**

EMENTA: ADMINISTRATIVO.
CONTRATAÇÃO DIRETA.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.
INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO.
POSSIBILIDADE, COM RESSALVAS.

I – RELATÓRIO

Trata-se de requerimento oriundo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, solicitando autorização para, nos termos do art. 25, da Lei n.º 8.666/93, contratar contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto, pelo período de 12 (doze) meses, em cumprimento ao que determina as determinações previstas em Lei.

Ressalte-se que o entendimento a ser consolidado baseia-se em legislação e jurisprudência atuais, podendo ser revisto em caso de alteração substancial em seus fundamentos.

No Parecer ora em apreço, cuidar-se-á da contratação por meio de inexigibilidade de licitação para *serviços* em que se revela inviável a competição, nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93. Ao final, poderão ser observadas algumas orientações que procuram assegurar melhor atendimento ao interesse público.

É o que importa relatar.



II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O art. 25 da Lei 8.666/93 traz previsão normativa que tipifica hipóteses em que o procedimento de licitação prévio à contratação se faz inexigível. Ao contrário do que disciplina o art. 24, que trata das dispensas, o art. 25 veicula um rol exemplificativo.

A contratação de serviços singulares e exclusivos como o de fornecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) se enquadra na hipótese de licitação inexigível. Na linha do que ensina a doutrina, significa dizer que, quando inviável a competição, faculta-se a contratação direta com base no art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Transcreva-se dispositivo:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)”

Assim, enquadrar-se-á no âmbito de aplicação deste artigo, as circunstâncias caracterizadas pela impossibilidade do cotejo de proposições, pela inexistência de, no mínimo, dois concorrentes ou por outras situações, necessariamente excepcionais, que impossibilitem se proceder a escolha da melhor proposta à Administração.

É de bom alvitre consignar que nas hipóteses de inexigibilidade de licitação não se pode confundir o conceito de singularidade com a ideia de unicidade, exclusividade, ineditismo ou raridade. O fato de o objeto poder ser executado por outros profissionais ou empresas não impede a contratação direta. Há de se avaliar a (im)possibilidade de critérios objetivos de julgamento. Assim se posicionou o egrégio Tribunal de Contas da União, por meio de **informativo de jurisprudência nº 264, de outubro de 2015**.

No caso em tela, resta bastante justificada a situação excepcional de inviabilidade de competição, dada a singularidade e exclusividade do objeto da contratação, além da real necessidade de sua utilização pelos diversos órgãos da Administração Pública, os quais para desempenho de suas tarefas diárias necessitam dos serviços de água e esgoto, garantindo a própria saúde do trabalhador(a), direito fundamental encartado na Constituição Federal.



Ressaltam a doutrina e a jurisprudência que a dispensa ou inexigibilidade de licitação deve ser excepcional, pois a regra é que toda a contratação da Administração Pública deve ser precedida de licitação, para preservar o princípio da supremacia do interesse público. Portanto, o critério de inviabilidade de competição apenas foi adotado pelo legislador para, em caso de compras ou serviços de singularidade e/ou exclusividade características, pudesse o poder público contratar pela modalidade mais célere, já que existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos.

Entretanto, ausência de licitação não equivale à contratação informal, realizada com quem a administração bem entender, sem cautelas nem documentação.

A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a administração pública, ou seja, não caracteriza poder discricionário puro ou livre atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.

Por isso, num primeiro momento, a Administração verificará a existência de uma necessidade a ser atendida. Deverá diagnosticar o meio mais adequado para atender ao reclamo. Definirá um objeto a ser contratado, inclusive adotando providências acerca da elaboração de orçamentos, apuração da competitividade entre a contratação e as previsões orçamentárias.

Ladeado a isso, de se notar que a inexigibilidade da licitação não acarreta o abandono das formalidades que a contratação exija, tais como projeto, especificações, concursos hábeis para despesa, instrumento escrito, qualificação técnica e idoneidade financeira.

Convém ressaltar que além das normas da Lei Geral de Licitações (8.666/93) deve ser observada no trato com licitações, dispensa ou inexigibilidade a **Resolução nº 011/2016** do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, notadamente o art. 16, inciso VII, alínea "b", 2.



Ao que vejo, pelos documentos que instruem o presente processo, quase todas essas providências foram tomadas na medida em que consta:

- (a) A solicitação de serviço com descrição clara do objeto, qual seja, contratação de serviços de fornecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, pelo período de 12 (doze) meses, em cumprimento ao que determina as determinações previstas em Lei;
- (b) A apresentação de justificativa para a contratação:
“A contratação dos serviços de fornecimento de água deve ser realizada com a concessionária e/ou permissionária CAERN (...) que comprovou possuir as qualidades exigidas para execução dos serviços, objeto desta inexigibilidade, sendo a empresa concessionária habilitada para todo o Estado do Rio Grande do Norte”.
- (c) Declaração de saldo orçamentário;
- (d) Declaração de adequação com o PPA, LDO e a Lei Orçamentária Anual;
- (e) Parecer Técnico sobre a realização da despesa constante nos autos em apreço, contendo a justificativa fática da contratação direta e a justificativa do preço.

Sobreleva notar, ainda, que constam os valores das tarifas praticas a todo consumidor. A capacidade econômica e financeira é notória, dada a condição de órgão com participação majoritária de capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Registre-se que a minuta do contrato para fins de aprovação por esta Procuradoria, conforme reza o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e ainda o art. 16, inciso VII, alínea “b”, 2, da Resolução nº 011/2016¹, está presente e consubstancia as normas aplicáveis a espécie.

¹ Parecer da assessoria jurídica do órgão ou entidade contratante, com a manifestação acerca do exame e aprovação da minuta do termo de contrato, quando for o caso, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Nacional nº 8.666, de 1993.



Ao que vejo, pelos documentos que instruem o presente processo, quase todas essas providências foram tomadas na medida em que consta:

- (a) A solicitação de serviço com descrição clara do objeto, qual seja, contratação de serviços de fornecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, pelo período de 12 (doze) meses, em cumprimento ao que determina as determinações previstas em Lei;
- (b) A apresentação de justificativa para a contratação:
“A contratação dos serviços de fornecimento de água deve ser realizada com a concessionária e/ou permissionária CAERN (...) que comprovou possuir as qualidades exigidas para execução dos serviços, objeto desta inexigibilidade, sendo a empresa concessionária habilitada para todo o Estado do Rio Grande do Norte”.
- (c) Declaração de saldo orçamentário;
- (d) Declaração de adequação com o PPA, LDO e a Lei Orçamentária Anual;
- (e) Parecer Técnico sobre a realização da despesa constante nos autos em apreço, contendo a justificativa fática da contratação direta e a justificativa do preço.

Sobreleva notar, ainda, que constam os valores das tarifas praticas a todo consumidor. A capacidade econômica e financeira é notória, dada a condição de órgão com participação majoritária de capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Registre-se que dispensa a celebração contratual, sendo substituído por nota de empenho.

Por sua vez, a pessoa jurídica CAERN (CNPJ/MF 08.334.385/0001-35), que detém a exclusividade na cidade para promover o abastecimento e a coleta de esgotos, deixou de apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas, certidão negativa de débitos de tributos federais, certidão negativa de débitos tributários municipais e



estaduais, certificado de regularidade do FGTS – CRF e certidão de regularidade do INSS.

Logo, entende esta assessoria que a ausência das certidões compromete a perfeita higidez do procedimento em epígrafe. Recomenda-se a juntada dos referidos documentos, sem necessidade de nova vista a esta assessoria.

III – DO SILOGISMO OPINATIVO

Destarte, concluo que a contratação em epígrafe se enquadra na hipótese legal prevista no art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93, restando configurado o interesse público, pelo que opinamos pela Inexigibilidade de Licitação e aprovação do instrumento contratual.

Contudo, faço ressalvas quanto a ausência de certidão negativa de débitos trabalhistas, certidão negativa de débitos de tributos federais, certidão negativa de débitos tributários municipais e estaduais, certificado de regularidade do FGTS – CRF e certidão de regularidade do INSS, exigências essas Constitucionais e Legais.

Sendo este o Parecer, o que se faz de forma meramente opinativa, não possuindo, portanto, caráter vinculativo, cabendo a decisão final à autoridade competente, ressaltando que a veracidade das informações prestadas compete às autoridades que as subscreveram.

Pau dos Ferros/RN, 04 de janeiro de 2023.


FELIPE AUGUSTO CORTÉZ MEIRA DE MEDEIROS
OAB/RN 3640
e-mail: felipeacmm@hotmail.com